



POLICIAIS CIVIS DE MG RECEBEM FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS

Cerca de seis mil Policiais Civis atuam em Minas Gerais pela redução da criminalidade, pela cidadania e bem-estar da população. Antes de saírem às ruas, eles passam pela Academia de Polícia (Acadepol), onde estudam criminologia e passam por treinamento físico e psicotécnico.

Desde 2007, o treinamento físico da Acadepol é coordenado pelo Profissional de Educação Física, Inspetor Adjunto de Investigadores e Professor Referência da Disciplina Educação Física, Alexandre Fernandes Ribeiro [005186/MG]. Outros dez Profissionais de Educação Física integram a equipe que prescreve diversas atividades físicas, como circuito funcional, treinamento aeróbico, musculação e prática esportiva direcionada.

De acordo com Alexandre Fernandes Ribeiro, todos os exercícios são elaborados de forma que contribua para a formação física e psicológica dos futuros policiais. "Todas as atividades físicas são

planejadas de acordo com o plano de ensino pré-estabelecido. É respeitada sempre a individualidade de cada aluno e a especificidade da profissão policial, visando sempre o condicionamento físico ideal para um indivíduo que irá realizar suas atividades laborais muitas vezes em alto grau de estresse emocional".

CREF15/PI-MA FECHA PARCERIA COM UNIVERSIDADE

A Universidade Ceuma, em parceria com a Seccional Maranhão do CREF15/PI-MA, lançou um edital com 45 vagas para profissionais licenciados em Educação Física que desejavam cursar o Bacharelado em Educação Física.

A presidente da Seccional, Denise Araújo [CREF 000080-G/MA], esteve presente na instituição no mês de junho para fechar a parceria com o reitor da CEUMA, o prof. Me. Saulo Martins. Também participaram do encontro o coordenador do curso de Licenciatura, prof. Me. Fabiano Furtao [CREF 000657-G/MA], e a coordenadora do Bacharelado, profa. Me. Daniela Flexa [CREF 000531-G/MA].

"O edital foi feito para atender a uma demanda do próprio Conselho Regional. Dessa forma, profissionais que possuem a licenciatura poderão fazer uma segunda graduação, cursando apenas as disciplinas complementares. Esperamos, com isso, contribuir para o desenvolvimento da profissão no nosso Estado", explicou o reitor da universidade, Saulo Martins.



CREF17/MT E SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DISCUTEM PARCERIA

O secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Mato Grosso, Márcio Dorilêo, recebeu, no mês de Junho, a visita do presidente do CREF17/MT, Carlos Alberto Eilert [CREF 000015-G/MT]. O encontro teve como objetivo estreitar as relações entre o Conselho e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), com vistas a garantir a contratação de servidores formados em Educação Física para prestar serviço no Sistema Socioeducativo do estado. "Queremos ajudar os adolescentes que lá estão a terem mais qualidade de vida", afirmou o secretário.

O titular da Sejudh acrescentou que o estreitamento entre o Conselho Regional de Educação Física e a Sejudh é fundamental, pois mostra que o órgão está sempre pronto para promover políticas públicas de inclusão social.

PANORAMA LEGAL

ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DA PM SÃO SUJEITAS À FISCALIZAÇÃO DO CREF4/SP

As Associações Desportivas da Polícia Militar (ADPMs) são consideradas estabelecimentos prestadores de serviços ligados diretamente a atividades físicas e esporte e estão, portanto, sujeitas ao registro e fiscalização do CREF4/SP. Essa foi a decisão proferida pelo Juízo da 10ª Vara da Justiça Federal da Subseção Judiciária de São Paulo.

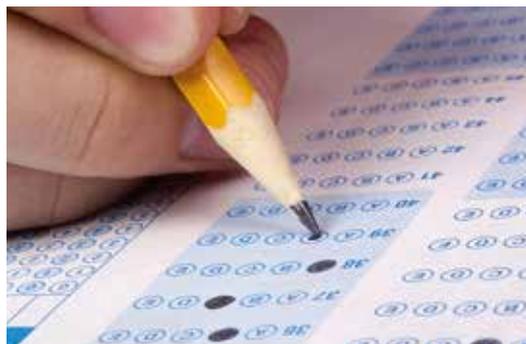
A ADPM Falcão Azul, na capital, recusava-se a efetuar o registro do seu estabelecimento e questionava a atuação da fiscalização do Conselho.

Com a decisão da Justiça, a sociedade e os usuários dos serviços de todas as ADPMs passarão a contar com a fiscalização das atividades prestadas e os profissionais de Educação Física a elas vinculadas pelo CREF/SP.

EDITAL PASSA A EXIGIR PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CEARÁ

Lançado no mês de junho, o edital da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte, no Ceará, ofertava vagas para o cargo de Professor de Educação Física sem exigir a devida formação profissional. Para concorrer às vagas era cobrada a graduação em Pedagogia com habilitação na área ou licenciatura plena.

Após interferência do Conselho, que mais uma vez foi à luta para garantir o direito dos Profissionais de Educação Física, o certame passou a exigir a Licenciatura em Educação Física e o registro profissional dos candidatos ao cargo.



PANORAMA FISCALIZAÇÃO

CREFB/AM-AC-RO-RR PROMOVE FISCALIZAÇÃO NA REGIÃO DO ALTO ACRE

Os municípios de Xapuri, Epitaciolândia e Brasiléia, localizados na região do Alto Acre (AC), foram alvos de uma ação de fiscalização e orientação realizada pelo CREF8/AM-AC-RO-RR. Oito academias e dois profissionais irregulares foram autuados.



A operação realizada na fronteira com a Bolívia teve como objetivo verificar denúncias feitas pela população, além de orientar Profissionais de Educação Física e proprietários de estabelecimentos da área sobre a necessidade de atuar dentro da regularidade.

Dentre as infrações encontradas durante a visita dos agentes do CREF8/AM-AC-RO-RR às academias dos municípios, as principais foram: equipamentos sem higiene e manutenção; profissionais atuando sem registro profissional; e estabelecimentos sem responsável técnico.

Em Brasiléia, um homem se que passava por Profissional de Educação Física foi notificado por ministrar aulas de treinamento funcional, zumba e outros exercícios, para várias turmas em uma praça da cidade. Quando

abordado pela fiscalização, o falso profissional confirmou que não possuía formação na área e foi conduzido à delegacia para registro de boletim de ocorrência.

COM AJUDA DO CONSELHO, DIRETOR DE CURSO QUE EMITIA DIPLOMAS SEM VALIDADE É INDICIADO

A Polícia Civil indiciou o diretor administrativo de uma instituição de ensino, por estelionato, por emitir certificados sem validade e em nome de outras faculdades, em Goiânia. As investigações apontam que pelo menos 50 alunos foram prejudicados com a fraude. Os estudantes tinham aula para complementação da graduação em licenciatura, mas, ao final, recebiam documentos que não eram aceitos pelo conselho regional de cada profissão. A fraude foi descoberta porque o CREF14/GO-TO notificou as instituições de ensino que teriam emitido os documentos, mas estas negaram. Diante da grande procura de alunos com os certificados sem validade, o Conselho comunicou a fraude à Polícia Civil.

“As instituições que tinham o nome nos certificados diziam que não tinham parceria com a Ibec e que os alunos não estavam cadastrados na faculdade. Com isso, não podiam ter o registro no conselho”, completou o procurador jurídico do Conselho Regional de Educação Física, Samuel Lemos, em entrevista ao G1.

FISCAIS FLAGRAM E AUTUAM FALSO PROFESSOR QUE MINISTRAVA ZUMBA ILEGALMENTE

Na segunda quinzena de junho, o Departamento de Fiscalização do CREF1/RJ-ES flagrou um estudante de Educação Física em exercício ilegal da profissão. Em fiscalizações anteriores, o estudante encontrava uma maneira de não responder ao Ministério Público pela atuação ilegal. Segundo os fiscais que participaram da ação, o departamento monitorava a ilegalidade há meses e conseguiram autuar o falso profissional graças a uma denúncia que dizia a hora e lugar em que ele estaria.

O CREF1/RJ-ES solicitou o acompanhamento dos Policiais Militares do 18º Batalhão da Polícia Militar e os mesmos seguiram com a Fiscalização em toda a ação, desde a abordagem até o momento da confecção do termo circunstanciado em exercício ilegal da profissão. Além do processo no Ministério Público, será enviado à faculdade em que o aluno está matriculado um ofício do Tribunal de Ética do Conselho informando ao Coordenador do curso o flagrante de irregularidade em estágio de Educação Física.

